

## Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

**Processo N°.: 16.593/19**

**Concorrência Pública: n° 02/19**

**Interessado : A MUNICIPALIDADE**

À PROCURADORIA ADMINISTRATIVA,

Encaminhamos o presente processo para análise e parecer do recurso interposto pela empresa LOTTOS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, conforme folhas n°1140 a 1149, e a contrarrazão da empresa EMC ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO E CONSTRUÇÃO EIRELI, conforme folhas n° 1151 a 1163.

Atenciosamente,

C.P.L., aos 26 de setembro de 2019.

Alberto Rodrigo de Oliveira  
Membro da C.P.L.



***Procuradoria Geral do Município de Taubaté***  
***Procuradoria Administrativa***

---

**COMUNICAÇÃO INTERNA**  
**Nº 379/2.019.**

**DESTINO - Em sequência ao:**

- 1) Departamento de Administração – RH;**
- 2) À Secretaria de Obras;**
- 3) Ao Departamento de Compras.**

***Autos n. 16.593/2.019.***

A interpretação axiológica e finalística do art. 9º, § 3º e 4º, da Lei 8.666/93, combinada com o conteúdo moralizante da Súmula Vinculante STF nº 13, conduz à vedação da prática de atos que possam caracterizar conflito de interesses nas licitações e contratações públicas

Para o TCU, a capacidade de influir no procedimento licitatório não se liga somente ao agente responsável pelo processamento do certame, estendendo-se, também, dentre outras hipóteses aferíveis caso a caso, a quem participa da elaboração do projeto básico ou do termo de referência (fase de planejamento), bem como àquele que autoriza ou homologa a licitação.

Nesse sentido, com o objetivo de esclarecer a natureza do cargo do agente público citado, encaminhem-se os autos ao Departamento de Administração, para que seja juntada a ficha funcional do servidor Carlos Alberto Gomes Júnior, citado às fls. 1.141 pela Recorrente LOTTOS CONSTRUTORA E INCORPORADOR LTDA.

Em sequência e em se tratando de servidor técnico e não agente político, encaminhem-se diretamente os autos à Secretaria de Obras para que esclareça se as atribuições exercidas por referido servidor são ou não capazes de influir indiretamente no resultado do presente procedimento licitatório ou contratação. Em outras palavras, esclareça se ele: participou na fase de planejamento do certame (elaborou projetos básicos ou termos de referência).

Por fim, encaminhe os autos ao Departamento de Compras para manifestação se o referido servidor participou em alguma medida da elaboração de editais (excluindo o parágrafo anterior), atuou na Comissão Permanente de Licitação ou emitiu pareceres técnicos referente à Concorrência 2/19 (laudo técnico acerca de impugnações ao edital, p. ex.).

Por fim, retornem os autos aos meus cuidados.

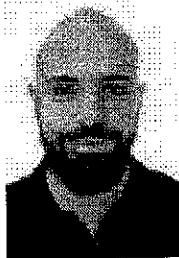
Atenciosamente.

Taubaté – SP, 30 de setembro de 2.019.

*José Geraldo dos Santos*  
José Geraldo dos Santos

Procurador do Município – OAB/SP n. 348.235

Foto Servidor:



Matrícula:

46.879

Servidor:

CARLOS ALBERTO GOMES JUNIOR

C.P.F.:

233.646.038-63

R.G.:

43.505.944-0

Número MTE

Nome da Mãe:

PATRICIA HELENA ALVES GOMES

Situação:

Ativo

Data da Saída:

Assunto	Discriminação	Data	Responsável
Nomeação	Nomeado através da Portaria nº 828, de 03 de Maio de 2019, para exercer o cargo de Engenheiro Civil, ref.: 42, lotado na Secretaria de Planejamento, tomando posse em 09/05/2019.	25/09/2019	Camila

for the JUNTO to the meeting in the morning

P/ A S.E.O. / manifestation - do nos termos  
dos planos de trabalho do Poder Executivo Municipal.

Mr. Claudio de  
Diretor do Departamento  
de Administração

01/10/13



*Prefeitura Municipal de Taubaté*  
*Estado de São Paulo*  
*Secretaria de Obras*

**Processo nº 16.593/19**

**Requerente: A MUNICIPALIDADE**

**Assunto: Concorrência Pública nº 02/19**

Ao

Departamento de Compras,


Atendendo ao pedido de esclarecimento efetuado pela Procuradoria do Município temos a informar:

I – Os trabalhos de elaboração do planejamento, confecção de projeto básico, memoriais descritivos e planilhas orçamentárias da obra, objeto da presente licitação, foram elaborados por técnicos pertencentes a Secretaria de Obras, a pedido da Secretaria de Educação.

II – O servidor envolvido na denúncia não participou e nem participará em qualquer atividade referente a obra em epígrafe, tanto no planejamento e elaboração dos elementos da licitação, quanto na execução do contrato.

III – Lembramos ainda que o referido servidor iniciou suas atividades na Prefeitura em 09/05/2019 e os elementos que compõem o edital da licitação em apreço foram concluídos e encaminhados ao Departamento de Compras em janeiro de 2019 (vide requisição e reserva fls. 4/6), portanto quatro meses antes do ingresso do servidor.

Secretaria de Obras, aos 02/10/2019.



**Eng. João Bibiano Silva**  
**Secretário de Obras**



1168

**Procuradoria Geral do Município de Taubaté**  
**Procuradoria Administrativa**

---

**PARECER JURÍDICO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 16.593/2.019**

**Concorrência n. 2/2.019**

**Interessado (a) (s):** Secretaria de Educação

**1. Do Relatório**

Cuida-se de Recurso Administrativo formulado pela Recorrente **LOTTOS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA** acerca de suposto conflito de interesses em licitação (item 2.1 do edital e artigo 9º da Lei 8.666/93) envolvendo o sócio-administrador da empresa vencedora EMC ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO E CONSTRUÇÃO EIRELI (fls. 1.137) - o Sr. Carlos Alberto Gomes e o seu filho, o servidor público - Carlos Alberto Gomes Júnior.

Consta ainda contrarrazões ao recurso evocado pela licitante EMC - ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA.

Por fim, foi juntado pelo Departamento de Compras a ficha funcional do servidor citado pela Recorrente, às fls. 166 e esclarecimentos adicionais da Secretaria de Obras, com pertinentes argumentos acerca da data da nomeação do engenheiro, bem como atestado que o mesmo não participou da fase interna da licitação ou de sua fase externa, às fls. 167.

É o suficiente e o relatório. Passo a opinar.

**2. Da admissibilidade**

Da publicação da decisão do julgamento das propostas, às fls. 1.150, foi juntado recurso formalmente tempestivo, às fls. 1.152, o que se coaduna com o artigo 109, I da Lei 8.666/93.

Logo, penso que deve ser recebido.

**3. Da fundamentação jurídica**

Para um melhor entendimento da matéria, passamos a transcrever os dispositivos pertinentes:

*Da Lei 8.666/93: Art. 9º-Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:*  
(...)

*III - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.*



## **Procuradoria Geral do Município de Taubaté**

### **Procuradoria Administrativa**

(...)

§ 3º—*Considera-se participação indireta, para fins do disposto neste artigo, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.*

§ 4º—*O disposto no parágrafo anterior aplica-se aos membros da comissão de licitação.*

**Do edital:** 2.1 - *Estão impedidos de participar de qualquer fase do presente processo os interessados que se enquadram em uma ou mais das seguintes condições: (...) enquadradas nas disposições do artigo 9º da Lei Federal 8666/93, ou que possuam sócio, dirigente ou responsável técnico, servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao Município de Taubaté; cujo dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital votante ou controlador, responsável técnico ou subcontratado, seja parente natural ou civil, em linha reta ou colateral, até o 3º grau, de agente político do Município, subsistindo a vedação até seis meses depois de finda a respectiva função pública e excetuando o exercício de função ao Fundo Social de Solidariedade e atividades não remuneradas junto ao Poder Público.*

Por uma singela leitura dos dispositivos acima mencionados, pode-se concluir que há uma série de requisitos para se provar a existência de conflito de interesses entre uma empresa privada licitante e agentes públicos em licitações.

Em primeiro lugar, trataremos da suposta existência de participação direta.

Nesse sentido, resta absolutamente afastada a natureza política do cargo do servidor público Carlos Alberto Gomes Júnior, pois o referido servidor é detentor de cargo de engenheiro civil, cuja posse deu-se em 9 de maio de 2019, conforme cópia de sua ficha funcional às fls. 1.166.

Portanto, insubsistentes as alegações da peticionária acerca de descumprimento do item 2.1 do edital.

Por zelo e em primazia aos princípios da Administração Pública, cuidemos agora de eventual existência de influência indireta no certame.

Os princípios da moralidade e impessoalidade administrativa, de envergadura constitucional, estão previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal (CF/88) e se aplicam



## *Procuradoria Geral do Município de Taubaté*

### *Procuradoria Administrativa*

aos Entes Federativos, na consecução de suas ações, entre as quais se encontra a promoção de licitações e contratações públicas.

Não por acaso esse tipo de ação governamental – licitação e contratação – está topograficamente inserida no próprio artigo 37, inciso XXII, pelo que se infere a opção do constituinte de resguardar as aquisições públicas de máculas à impessoalidade e à moralidade administrativa.

Regulamentando a matéria no âmbito infraconstitucional, a Lei 8.666/93, em seu art. 3º, caput, reforça que a licitação pública será processada e julgada com base na igualdade (isonomia), impessoalidade e na probidade administrativa. Nesses termos, o art. 9º da Lei 8.666/93, em seu inciso III, impede a participação, direta ou indireta, no procedimento licitatório, de servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante, ou, ainda, de responsável pela licitação.

Indo além no intento de conferir o máximo de higidez moral às aquisições públicas, o legislador ordinário entendeu, consoante preceitos contidos no art. 9º, §§ 3º e 4º, da Lei 8.666/93, por vedar, também, a participação de licitantes que mantenham vínculo em relação ao autor do projeto ou aos membros da própria comissão permanente de licitação (CPL).

Ainda que a Lei 8.666/93 não possua dispositivo vedando expressamente a participação de parentes de servidores efetivos em certames licitatórios nos quais o agente atue como autor do projeto/termo de referência ou como membro da CPL, ou participe em outros atos do procedimento licitatório, vê-se que foi essa a intenção axiológica do legislador ao estabelecer o art. 9º dessa Lei, em especial nos §§ 3º e 4º, vedando a prática de conflito de interesses nas licitações públicas, sobre cuja execução já incidem consideráveis riscos de direcionamentos e fraudes.

De se frisar que a interpretação está aderente a pacífica jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o assunto, consoante a seguir delineado:

*Boletim de Jurisprudência 20 Acórdão 3368/2013 Plenário Licitação. Representação. Parentesco entre licitante e agente público. Diante da relação de parentesco entre agente público, com capacidade de influir no resultado do processo licitatório, e sócio da empresa vencedora do certame, resta configurada grave violação aos princípios da moralidade, da impessoalidade e da legalidade, assim como desobediência ao art. 9º, inciso III, § 3º e § 4º, da Lei 8.666/93, e aos arts. 18, inciso I, e 19 da Lei 9.784/99.*

A adoção desse tipo de cautela na promoção de licitações públicas emana não somente do teor da Súmula Vinculante 13, mas de princípios constitucionais a ela inerentes: a moralidade e a impessoalidade, presentes no art. 37, caput, da Constituição Federal.

Entendem-se como atribuições exercidas por servidores capazes de influir no resultado do procedimento licitatório ou contratação, dentre outras: a participação na fase de pla-





## *Procuradoria Geral do Município de Taubaté*

### *Procuradoria Administrativa*

nejamento do certame, (elaboração de projetos básicos ou termos de referência), elaboração de editais, atuação na Comissão Permanente de Licitação ou como Pregoeiro ou membro da comissão de apoio, emissão de pareceres técnicos, e adjudicação ou homologação da licitação.

Pois bem, conforme esclarecido pelo Secretário de Obras, às fls.1.167 o Sr. Carlos Alberto Gomes Junior não participou da fase interna do certame, ou seja, não elaborou projeto básico (fls. 76/77) ou Termo de Referência (fls. 57/69) e não participará de qualquer ato tendente a influenciar indiretamente no resultado do certame.

A propósito, quanto ao Departamento de Compras em si, o Sr. Carlos Alberto não participou da Comissão Permanente de Licitação (fls. 83/84) e nem lavrou parecer técnico no que diz respeito ao presente certame, em detida análise às fls. retro.

Logo, a meu sentir, inexiste prova acerca de eventual conflito de interesses, direto ou indireto, entre o sócio-administrador da empresa EMC e o seu filho, o servidor engenheiro Carlos Alberto Gomes Junior.

#### **4. Da conclusão**

Por todo o exposto e por tudo o mais que consta nos autos, sem adentrar no mérito do ato administrativo, OPINO pelo recebimento do Recurso formulado pela empresa **LOTTOS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA**, posto cumprir com os pressupostos de admissibilidade, e no mérito em si pelo INDEFERIMENTO.

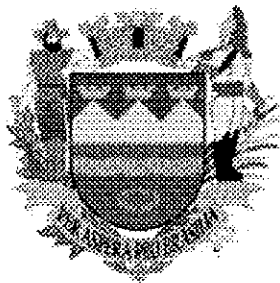
Consigne-se que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos constantes, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe.

Ao Departamento de Compras.

É o Parecer.

Taubaté – SP, 7 de outubro de 2019.

*José Geraldo dos Santos*  
**José Geraldo dos Santos**  
Procurador do Município – OAB/SP n. 348.235



# Prefeitura Municipal de Taubaté

## Estado de São Paulo

Taubaté, 10 de outubro de 2019.

ACOLHO as manifestações elaboradas pela Secretaria de Obras e Procuradoria Administrativa do Município em relação ao recurso interposto pela empresa LOTTOS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA contra o resultado de classificação da empresa EMC ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO E CONSTRUÇÃO EIRELI da Concorrência Pública, de número 02/19, que cuida da contratação de empresa especializada, com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos, para recuperação da cobertura da quadra, salas, sanitários e pátio da EMEF VER. Mario Monteiro, Localizado na rua Heliópolis, 1351, Jd. Gurilândia em Taubaté-SP, decido pelo RECEBIMENTO do recurso, por tempestivo e formalmente correto, e no mérito pelo seu INDEFERIMENTO de modo a manter o resultado de classificação. Prossiga o certame sua regular cadência, com a disponibilização no site desta Municipalidade, dos pareceres na íntegra. Publique-se. Cumpra-se.

  
**José Bernardo Ortiz Monteiro Júnior**  
*Prefeito Municipal*